

GRUPO CASAS BAHIA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 33.041.260/0652-90

COMUNICADO AO MERCADO

Esclarecimentos acerca de notícia veiculada na imprensa

GRUPO CASAS BAHIA S.A. ("Companhia") (B3: BHIA3), vem, pela presente, apresentar aos seus acionistas e ao mercado em geral, em atendimento ao Ofício nº 278/2026-SLE, emitido pela Superintendência de Listagem e Acompanhamento de Emissores da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), em 04 de setembro de 2026 ("Ofício"), os esclarecimentos solicitados.

O Ofício faz referência à notícia veiculada na página do jornal Valor Econômico na rede mundial de computadores em 04 de setembro de 2026, intitulada "Operação do MPSP aponta corrupção privada" ("Notícia"), e assim dispõe:

"Prezado senhor,

*Em notícia veiculada pelo jornal Valor Econômico, em 04/09/2026, sob o título "**Operação do MPSP aponta corrupção privada**" constam, entre outras informações, que:*

- O Ministério Público de São Paulo (MPSP) deflagrou, na manhã da quinta-feira (3), nova fase da Operação Ícaro que investiga redes de varejo, indústrias e prestadoras de serviço envolvendo a liberação de créditos tributários de forma ilegal no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado. Documentos obtidos pelo Valor mostram que estão citadas nas investigações em andamento as redes Assaí, Casas Bahia, Dia e Farma Conde. Há menções na apuração sobre supostos pagamentos*

de propina de 1% a 2,5% sobre o crédito negociado, a depender da empresa, por meio de advogado contratado.

- *Os grupos Rumo, Cosan, Comgás, Ipiranga, Ambev e Sony Mobile também são mencionados como supostos beneficiários do esquema que acelerava a concessão dos créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-ST). O MPSP ainda quer saber se havia empresas que pagavam para fabricar tributos inexistentes.*
- *[...] Basicamente, a maioria das companhias teria contratado o escritório de advocacia Buttini de Moraes e este teria acertado pagamento de propina para a liberação dos créditos nos últimos anos, mostra medida cautelar de busca e apreensão do MPSP obtida pela reportagem. Pagamentos seriam feitos pelo escritório em estacionamento de shopping centers na capital, e em dinheiro, que eram colocados em caixas de arquivo, como relatou ontem o site do Valor. As empresas negam irregularidades e desconhecem a investigação.*
- *[...] Além disso, há mais detalhes da situação envolvendo a Casas Bahia e a rede de supermercados Dia. Nas três cadeias (Casas Bahia, Dia e Assaí) a propina teria variado de 1% a 2,5% sobre o valor do crédito, pagas por Buttini. Só nos procedimentos até aqui identificados pelo MPSP, discutem-se ressarcimentos da ordem de R\$ 800 milhões na centralização do Assaí e de R\$ 97,7 milhões nos dois processos do Dia a que se referem as anotações apreendidas na residência de um delator do MPSP, e peça central na apuração, Paulo Siqueira Prado, ex-delegado tributário da delegaria regional do Butantã/SP.*
- *[...] Ainda segundo a documentação do MPSP, os agentes públicos acertavam entre eles os subornos após a liberação dos créditos de ICMS. “A fixação da propina em percentual do valor a ser ressarcido - 1% no caso do Assaí, 1,5% nos casos da Via e do Dia, 2,5% no caso da distribuidora de bebidas Metrôpole, 3% na cota do advogado e 10%*

na exigência partida da supervisão de substituição tributária”, segundo a promotoria afirma na cautelar.

- “[Isso] não é detalhe acessório: é a demonstração de que o ato de ofício tinha preço”, afirma a medida cautelar da promotoria.
- Pelos cálculos totais, com base no cruzamento de 88.388 lançamentos (2018-2025) de pagamentos, o escritório de Buttini recebeu R\$ 140,6 milhões pagos em serviços oriundos dos clientes Assaí, Via, Ipiranga e Metrópole -, tendo o Assaí como maior pagador, de R\$ 52,9 milhões, seguido da Casas Bahia, com R\$ 49,8 milhões, dentro dos R\$ 140,6 milhões, com base dos dados da medida cautelar. [...]

Solicitamos esclarecimentos sobre os itens assinalados, até 08/09/2026, com a sua confirmação ou não, bem como outras informações consideradas importantes.

(...)”

Primeiramente, a Companhia esclarece que tomou conhecimento da existência das investigações em curso e da medida cautelar a partir da veiculação dos fatos na imprensa, uma vez que o nome da Companhia foi mencionado em matérias jornalísticas veiculadas em março de 2026, não tendo a Companhia recebido intimação, requisição, comunicação oficial ou qualquer outra forma de cientificação promovida pelas autoridades públicas competentes desde então.

Quando da referida ciência, a Companhia prontamente constituiu um Comitê Independente de Investigação para tratar do tema (“Comitê de Investigação”), conforme Fato Relevante divulgado em 26.03.2026, intitulado “Constituição de Comitê Independente de Investigação”, sendo a investigação formalmente instaurada em 17.04.2026, a qual não foi finalizada até esta data.

Neste sentido, a Companhia esclarece que, até o momento e observada a investigação ainda está em andamento, não foram reportadas conclusões ou achados definitivos pelo Comitê de Investigação e/ou seus assessores externos que indiquem o envolvimento da Companhia e/ou

seus administradores nas condutas alegadas na Notícia ou em outras relacionadas ao mesmo tema. Além da própria constituição do Comitê de Investigação, não há, na presente data, qualquer constatação e/ou informação que tenha sido comunicada à Companhia que deva ser divulgada.

A Companhia reitera que repudia veementemente qualquer pagamento de vantagem indevida a autoridades públicas e que mantém rigorosas políticas de compliance, bem como fornece a seus colaboradores treinamentos periódicos acerca do assunto.

Uma vez concluída a investigação, a Companhia divulgará as informações pertinentes ao mercado e aos acionistas, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Sendo o que cumpria esclarecer, a Companhia reforça novamente seu compromisso com a mais estrita observância das normas expedidas por essa D. B3 e pela Comissão de Valores Mobiliários e coloca-se à disposição de V.Sas. para prestar quaisquer informações adicionais que se façam necessárias.

São Paulo, 08 de setembro de 2026.

GRUPO CASAS BAHIA S.A.

Elcio Mitsuhiro Ito

Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores.

GRUPO CASAS BAHIA S.A.

Publicly Held Company with Authorized Capital

CNPJ/MF No. 33.041.260/0652-90

NOTICE TO THE MARKET

Clarifications Regarding News Published in the Press

GRUPO CASAS BAHIA S.A. ("Company") (B3: BHIA3), hereby provides the requested clarifications to its shareholders and the market in general, in response to Official Letter No. 278/2026-SLE, issued by the Issuer Listing and Supervision Department of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") on September 4, 2026 ("Official Letter").

The Official Letter refers to an article published on the website of the Valor Econômico newspaper on September 4, 2026, titled "MPSP operation points to private corruption" ("News"), which states the following:

"Dear Sir,

In an article published by the Valor Econômico newspaper on 09/04/2026, under the headline "MPSP operation points to private corruption," it is stated, among other information, that:

- The Public Prosecutor's Office of São Paulo (MPSP) launched a new phase of Operation Icarus on Thursday morning (3), investigating retail chains, industries, and service providers involved in the illegal release of tax credits within the State Department of Finance. Documents obtained by Valor show that the retail chains Assaí, Casas Bahia, Dia, and Farma Conde are mentioned in the ongoing investigations. The investigation notes alleged bribe payments of 1% to 2.5% of the negotiated credit, depending on the company, through a hired law firm.*

- *The groups Rumo, Cosan, Comgás, Ipiranga, Ambev, and Sony Mobile are also mentioned as alleged beneficiaries of the scheme that accelerated the granting of Tax on Circulation of Goods and Services (ICMS-ST) credits. The MPSP also wants to determine if companies were paying to fabricate non-existent taxes.*
- *[...] Basically, most companies allegedly hired the law firm Buttini de Moraes, which would have arranged bribe payments for the release of credits in recent years, as shown in a search and seizure warrant from the MPSP obtained by the press. Payments were reportedly made by the law firm in shopping center parking lots in the capital, in cash placed in file boxes, as reported yesterday on Valor's website. The companies deny any wrongdoing and are unaware of the investigation.*
- *[...] Furthermore, there are more details regarding the situation involving Casas Bahia and the supermarket chain Dia. In the three chains (Casas Bahia, Dia, and Assaí), the bribe allegedly ranged from 1% to 2.5% of the credit value, paid by Buttini. In the procedures identified by the MPSP so far, refunds of around R\$800 million are being discussed for Assaí's centralization and R\$97.7 million in two of Dia's processes, referenced in notes seized at the residence of an MPSP whistleblower and central figure in the investigation, Paulo Siqueira Prado, a former tax delegate of the Butantã/SP regional office.*
- *[...] According to the MPSP documentation, the public officials would arrange the bribes among themselves after the release of the ICMS credits. "The bribe was fixed as a percentage of the amount to be reimbursed—1% in Assaí's case, 1.5% in the cases of Via and Dia, 2.5% in the case of the beverage distributor Metrópole, 3% for the lawyer's share, and 10% as demanded by the tax substitution supervision," the prosecutor's office states in the warrant.*
- *"[This] is not an accessory detail: it is a demonstration that the official act had a price," states the prosecutor's precautionary measure.*

- *Based on total calculations from the cross-referencing of 88,388 payment entries (2018-2025), the Buttini law firm received R\$140.6 million in service payments from clients Assaí, Via, Ipiranga, and Metr pole—with Assa  being the largest payer at R\$52.9 million, followed by Casas Bahia with R\$49.8 million, within the R\$140.6 million, according to data from the precautionary measure. [...]*
- *We request clarifications on the highlighted items by 09/08/2026, with your confirmation or denial, as well as any other information deemed important. (...)*

Firstly, the Company clarifies that it became aware of the ongoing investigations and the precautionary measure from the news reports, as the Company's name was mentioned in articles published in March 2026. The Company has not received any summons, request, official communication, or any other form of notification from the competent public authorities since then.

Upon becoming aware of the matter, the Company promptly established an Independent Investigation Committee to address the issue ("Investigation Committee"), as disclosed in the Material Fact released on March 26, 2026, titled "Establishment of an Independent Investigation Committee." The investigation was formally initiated on April 17, 2026, and has not been concluded to date.

In this regard, the Company clarifies that, to date and noting that the investigation is still ongoing, no definitive conclusions or findings have been reported by the Investigation Committee and/or its external advisors that would indicate the involvement of the Company and/or its management in the conduct alleged in the News or in other related matters.

Besides the establishment of the Investigation Committee itself, there are, as of this date, no findings and/or information that have been communicated to the Company that must be disclosed.

The Company reiterates that it vehemently repudiates any payment of undue advantages to public authorities and maintains rigorous compliance policies, as well as provides its employees with periodic training on the subject.

Once the investigation is concluded, the Company will disclose the relevant information to the market and its shareholders, in accordance with applicable laws and regulations.

Having provided the necessary clarifications, the Company reaffirms its commitment to the strictest observance of the rules issued by B3 and the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) and remains at your disposal to provide any additional information that may be required.

São Paulo, September 08, 2026

GRUPO CASAS BAHIA S.A.

Elcio Mitsuhiro Ito
Chief Financial and Investor Relations Officer